



**Lei n.º 5/2012
de 29 de Fevereiro
LEI DA GREVE**

**Lei n.º 5/2012
29 Fevereiro nian
LEI BA GREVE**

A recente aprovação da Lei do Trabalho marcou o início do processo de conformação do novo quadro jurídico regulador das relações de trabalho em Timor-Leste. Dando continuidade a este processo, e em cumprimento do disposto no artigo 51.º da Constituição, a presente lei aprova o regime legal do exercício do direito à greve. De acordo com o estabelecido no texto constitucional, a lei define, proíbe e prevê as sanções aplicáveis ao *lock-out*, estabelecendo ainda outras garantias com vista a proteger os trabalhadores de condutas limitadoras do exercício do seu direito.

O quadro legal que agora se define considera os diferentes interesses em jogo e procura encontrar uma solução equilibrada e proporcional, estabelecendo regras moderadoras vitais para o crescimento da economia e dinamização laboral do nosso país.

O Parlamento Nacional decreta, nos termos do artigo 51.º e do n.º 1 do artigo 95.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

**CAPÍTULO I
Disposições gerais**

**Artigo 1.º
Objeto**

A presente lei estabelece o regime jurídico da greve.

**Artigo 2.º
Noção**

1. Para efeitos da presente lei, greve é a abstenção coletiva voluntária, total ou parcial, concertada e temporária, da prestação de trabalho, contínua ou interpolada, por parte dos trabalhadores.
2. Não é considerada greve qualquer forma de

Lei Traballu nian ne'ebé foin aprova tiha sai nu'udar hakat dahuluk ida ba prosesu konformasaun kuadru jurídku foun ne'ebé regula relasaun serbisu sira iha Timor-Leste. Hodi kontinua prosesu ida-ne'e, no hodi kumpre dispostu iha artigu 51.º Konstituisaun nian, lei ida-ne'e aprova rejime legál hodi ezerse direitu ba greve. Haktuir buat ne'ebé estabelese iha testu konstitusionál, lei define, bandu no prevee sansaun hirak-ne'ebé aplikavel ba *lock-out*, estabelese mós garantia seluk ho objetivu atu proteje traballadór sira hosi konduta limitadora hirak hodi ezerse ninia direitu.

Kuadru legál ohin loron nian ne'ebé define ona konsidera katak interese oiain iha jogu nia laran no buka atu hetan solusaun ida ekilibrada no proporsionál, estabelese regra moderadór vitál sira hodi hetan kresimentu ekonomia no dinamizasaun laborál iha itania rain.

Parlamentu Nasionál dekreta, tuir artigu 51.º no n.º 1 hosi artigu 95.º konstituisaun Repúblika nian, hodi sai nu'udar lei, tuirmai:

**KAPÍTULU I
Dispozisaun jerál sira**

**Artigu 1.º
Objetu**

Lei ida-ne'e estabelese rejime jurídku ba greve.

**Artigu 2.º
Nosau**

1. Ba efeito lei ida-ne'e nian, greve nu'udar abstensaun kolektiva voluntária, total ka parsial, ne'ebé konsertada no temporária, ba prestasaun traballu, kontínuu ka interpolada, hosi traballadór sira.
2. La konsidera nu'udar greve maka redusaun ka

redução ou alteração, coletiva, concertada e temporária, dos ritmos e métodos de trabalho, que não impliquem abstenção de trabalho, as quais são passíveis de responsabilidade disciplinar nos termos da legislação laboral.

Artigo 3.º

Âmbito de aplicação

A presente lei é aplicável a todos os trabalhadores, incluindo os funcionários e agentes da administração pública, salvo o disposto no artigo 6.º.

Artigo 4.º

Direito à greve

1. A greve constitui, nos termos da Constituição, um direito dos trabalhadores.
2. O direito à greve é exercido pelos trabalhadores para defesa e promoção de interesses sócio-profissionais.
3. Compete aos trabalhadores definir o âmbito e a natureza dos interesses a defender através da greve.

Artigo 5.º

Liberdade de adesão à greve

1. Os trabalhadores são livres de individualmente aderir ou não à greve.
2. Os trabalhadores não podem sofrer discriminação nem, por qualquer forma, ser prejudicados, nomeadamente nas suas relações com a entidade empregadora ou nos seus direitos sindicais, por motivo de adesão ou não adesão a uma greve.
3. São nulos os atos, de qualquer natureza, que contrariem o disposto no número anterior.

Artigo 6.º

Proibição do exercício do direito à greve

Não é permitido o exercício do direito à greve nas seguintes áreas e aos seguintes trabalhadores:

- a) Forças Militares;
- b) Forças Policiais;
- c) Serviço Nacional de Inteligência;
- d) Agentes e trabalhadores da administração prisional.

alterasaun sasá de'it ne'ebé halo, ho koletiva, konsertada no temporária, ba ritmu no métodu sira traballu nian, ne'ebé la implika abstensaun ba traballu, ne'ebé hirak-ne'e bele sai nu'udar responsabilidade dixiplinár tuir termu sira lejjzlasaun laborál nian.

Artigo 3.º

Âmbito aplikasaun

Lei ida-ne'e aplika ba traballadór hotu-hotu, inklui funsionáriu no ajente administrasaun públika sira, exetu disposto iha artigo 6.º.

Artigo 4.º

Direitu ba greve

1. Tuir Konstituisaun, greve nu'udar direitu ida hosi traballadór sira.
2. Direitu ba greve ezerse hosi traballadór sira hodi defende no promove interese sósiu-profisionál sira.
3. Traballadór sira iha kompeténsia hodi define âmbito no natureza hosi interese ne'ebé sira atu defende liuhosi greve.

Artigo 5.º

Liberdade hodi tama ba greve

1. Traballadór sira iha liberdade individuál hodi tama ka la tama ba greve.
2. Traballadór sira la bele hetan diskriminasaun nomós, liuhosi forma sasá de'it, la bele prejudika sira, liuliu iha sira-nia relasaun ho entidade empregadora ka ba sira-nia direitu sindikál, tanba de'it motivu hodi tama ka la tama ba greve ida.
3. Aktu sasá de'it sei sai nulu, hosi kualkér natureza, ne'ebé kontraria ho disposto iha número liubá.

Artigo 6.º

Habandu atu ezerse direitu ba greve

La permite atu ezerse direitu ba greve iha área no ba traballadór hirak tuirmai:

- a) Forsa militar sira;
- b) Forsa polísia sira;
- c) Servisu Nasionál Intelijénsia nian;
- d) Ajente no traballadór sira administrasaun profisionál nian.

Artigo 7.º

Limitações ao exercício do direito à greve

1. O direito à greve por parte dos trabalhadores dos portos, aeroportos, transportes aéreos e marítimos, bem como de outros serviços que produzam bens ou prestem serviços indispensáveis às Forças Armadas e às Forças Policiais, deve ser exercido de modo a não pôr em causa a defesa e o interesse nacional.
2. Com vista à preservação desses objetivos, o exercício do direito à greve por parte dos trabalhadores referidos no número anterior, obedece ao seguinte regime:
 - a) Prazo de negociações a que se refere o n.º 4 do artigo 8.º é dilatado para 30 dias;
 - b) A intervenção da Comissão da Função Pública, adiante designada de CFP, e da Inspeção Geral do Trabalho, adiante designada de IGT, prevista no artigo 13.º, com vista a uma solução por acordo, é obrigatória.
3. Em caso de greve dos trabalhadores a que se refere o presente artigo, estes ficam obrigados a tomar todas as providências para assegurar, durante a greve, a realização das atividades necessárias à satisfação das necessidades essenciais da população e da defesa nacional, nos termos do artigo 18.º.
4. O exercício do direito à greve pode ser suspenso mediante resolução do Conselho de Ministros, desde que se verifiquem alterações da ordem pública e a medida se mostre necessária e adequada ao restabelecimento da normalidade.
5. A resolução referida no número anterior especificará os estabelecimentos, serviços e categorias profissionais abrangidos, bem como a duração da suspensão por período não superior a 60 dias, sem prejuízo de prorrogação por iguais períodos mediante prévia autorização do Parlamento Nacional.

Artigu 7.º

Limitasaun sira hodi ezerse direitu ba greve

1. Direitu ba greve hosi traballadór sira iha portu, aeroportu, transporte aéro no marítimu sira, hanesan mós ba servisu sira seluk ne'ebé prodúz soin ka halo servisu importante sira ba Forsa Armada no ba Forsa Polísia sira, tenke ezerse ho dalan ne'ebé la bele hamosu kauza ba defeza no interese nasionál.
2. Ho hanoin atu prezerva objetivu hirak-ne'e, direitu ba greve ne'ebé ezerse hosi traballadór sira be temi iha número liubá, sei obedese ba rejime tuirmai:
 - a) Prazu ba negosiasaun ne'ebé temi iha n.º 4 hosi artigu 8.º nian sei hanaruk halo loron 30;
 - b) Sai nu'udar obrigatória intervensaun hosi Komisaun Funsau Públika, ne'ebé sei temi nu'udar KFP, no hosi Inspesaun Jerál Trballu nian, ne'ebé sei temi nu'udar IJT, be prevee iha artigu 13.º nian, ho objetivu atu hetan solusaun ida liuhosi akordu.
3. Kona-ba greve hosi traballadór sira ne'ebé temi iha artigu ida-ne'e, sira-ne'e iha obligasaun atu foti providénsia hotu-hotu hodi asegura, durante greve, realizasaun atividade hirak-ne'ebé presiza hodi hatán ba nesesidade esensial sira populasaun no defeza nasionál nian, tuir artigu 18.º dehan.
4. Kona-ba ezerse direitu ba greve bele suspende liuhosi rezolusaun Konsellu-Ministru nian, naran katak verifika alterasaun sira hosi orden públika no medida hatudu katak nesesária no adekuada hodi estabelese filafali normalidade.
5. Rezolusaun ne'ebé temi iha número liubá sei espesifika kona-ba estabesimentu, servisu no kategoria profisionál hirak-ne'ebé abranje ba, hanesan mós ba durasaun hosi suspensaun tuir períodu ne'ebé la boot liu loron 60, lahó prejuízu ba prorogasaun ne'ebé halo hanesan ba períudu sira liuhosi autorizasaun uluk Parlamentu Nasionál nian.

Capítulo II
Declaração e proteção da greve

Artigo 8.º

Negociações para tentativa de acordo

1. Os trabalhadores não devem recorrer à greve sem previamente tentarem resolver o conflito por via de acordo.
2. A declaração de greve deve ser obrigatoriamente precedida da apresentação à entidade empregadora respetiva, por escrito, das reivindicações dos trabalhadores.
3. A entidade empregadora deve apresentar aos representantes dos trabalhadores, por escrito, a sua resposta às reivindicações, no prazo de cinco dias, salvo se prazo superior for concedido pelos trabalhadores.
4. Se o não fizer durante esse prazo, ou, caso o faça, se após um período de negociações de vinte dias não se chegar a acordo, os trabalhadores são livres de declarar a greve nos termos do artigo seguinte.

Artigo 9.º

Competência para declarar a Greve

1. O recurso à greve é decidido pelos trabalhadores e respetivas organizações sindicais.
2. Sem prejuízo do direito reconhecido às organizações sindicais no número anterior, as assembleias de trabalhadores podem decidir do recurso à greve, por voto secreto, desde que na respetiva empresa, órgão ou serviço, a maioria dos trabalhadores não esteja representada por organizações sindicais e que a assembleia seja expressamente convocada para o efeito por 20% dos trabalhadores.
3. As assembleias referidas no número anterior deliberam validamente desde que participe na votação a maioria dos trabalhadores da empresa e que a declaração de greve seja aprovada pela maioria absoluta dos votantes.

Artigo 10.º

Representação dos trabalhadores

1. Os trabalhadores em greve são representados pela organização ou organizações sindicais ou por

Kapítulu II
Deklarasaun no protesaun ba greve

Artigu 8.º

Negosiasaun hodi halo tentativa ba akordu

1. Traballadór sira la bele halo greve bainhira la koko uluklai atu rezolve konflitu liuhosi dalan akordu nian.
2. Deklarasaun ba greve tenke, ho obrigatória, apresenta uluk ba entidade empregadora ne'ebá, ho eskritu, kona-ba reivindikasaun hosi traballadór sira.
3. Entidade empregadora tenke apresenta ba representante traballadór sira-nian, ho eskritu, sira ninia proposta ba reivindikasaun sira, iha prazu loron lima nia laran, exetu bainhira prazu ne'ebé boot liu fó hosi traballadór sira karik.
4. Bainhira la apresenta karik resposta iha prazu ne'ebá, ka, apresenta tiha, hafoin períudu ida ba negosiasaun sira iha loron ruanulu nia laran mak la hetan akordu karik, traballadór sira iha liberdade hodi deklara greve tuir termu sira artigu tatuir nian.

Artigu 9.º

Kompeténsia hodi deklara Greve

1. Rekursu ba greve deside hosi traballadór sira no hosi organizaun sindikál sira rasik.
2. Lahó prejuízu ba direito ne'ebé rekoñese tiha ba organizaun sindikál sira iha número liubá, assembleia sira traballadór nian bele deside rekursu ba greve, liuhosi votu sekretu, naran katak iha empreza ne'e, órgaun ka servisu, maioria traballadór sira la representa hosi organizaun sindikál sira no konvoka duni assembleia ba efeito ne'e ho 20% hosi traballadór sira.
3. Assembleia hirak-ne'ebé temi iha número liubá delibera ho válidu naran katak maioria hosi traballadór sira empreza nian partisipa iha votasaun no deklarasaun ba greve nian aprova ho maioria absoluta hosi votante sira.

Artigu 10.º

Reprezentasaun hosi traballadór sira

1. Traballadór sira ne'ebé halo hela greve nu'udar representadu hosi organizaun ka organizaun

uma comissão eleita para o efeito, no caso a que se refere o n.º 2 do artigo 9.º.

2. Cabe à organização, ou organizações sindicais, ou à comissão eleita representar os trabalhadores grevistas junto da entidade empregadora e da CFP e da IGT.

Artigo 11.º **Pré-aviso de greve**

1. Decidida a greve, nos termos do artigo 9.º, a organização sindical ou a assembleia de trabalhadores, consoante os casos, devem dirigir à entidade empregadora e às estruturas competentes da CFP e da IGT, por meios idóneos, nomeadamente por escrito, um pré-aviso de greve, com um prazo mínimo de cinco dias.
2. O pré-aviso deve conter, no mínimo, os seguintes elementos:
 - a) Os fundamentos e objetivos da greve;
 - b) A indicação dos estabelecimentos, serviços e categorias profissionais abrangidos pela greve;
 - c) A indicação das organizações sindicais ou comissão eleita;
 - d) A data, hora do início e o período de duração da greve;
 - e) Proposta de definição de serviços necessários à segurança, proteção e manutenção dos equipamentos e instalações da empresa, estabelecimento, órgão ou serviço.
3. Nas situações a que se refere o artigo 18.º, o prazo de pré-aviso é de 10 dias e deve conter uma proposta de prestação de serviços mínimos.

Artigo 12.º **Formalidade dos atos**

A apresentação dos documentos referidos na presente lei, nomeadamente as reivindicações e a respetiva resposta, a comunicação da convocação da assembleia de trabalhadores, e a comunicação da declaração de greve, deve ser certificada pela entidade a que se destina, com a passagem de documento comprovativo, mencionando a data da prática do ato.

sindikál sira ka hosi komisaun ida ne'ebé eleita ba efeito ne'e, ba kazu ne'ebé n.º 2 artigo 9.º nian temi.

2. Organizasaun, ka organizasaun sindikál sira, ka komisaun ne'ebé eleita tiha iha kompeténsia atu representa traballadór sira-ne'ebé halo greve, hamutuk ho entidade empregadora no KFP no IJT nian.

Artigo 11.º **Pré-avizu ba greve**

1. Hafoin decide tiha atu halo greve, tuir artigo 9.º dehan, organizasaun sindikál ka asembleia traballadór sira nian, konforme kazu sira, tenke hato'ó ba entidade empregadora no ba estrutura competente sira hosi KFP no IJT nian, liuhosi meu adequadu sira, liuliu hato'ó ho eskritu, pré-avizu ida ba greve, ho prazu mínimu loron lima.
2. Pré-avizu tenke tau, ho mínimu, elementu hirak tuirmai:
 - a) Fundamentu no objetivu sira hosi greve;
 - b) Hatudu estabesimentu, servisu no kategoria profisionál sira ne'ebé greve ne'e sei abranje;
 - c) Hatudu organizasaun sindikál sira ka komisaun eleita;
 - d) Data, oras hahú no períudu hosi durasaun ba greve;
 - e) Proposta hodi define servisu sira-ne'ebé nesesáriu ba seguransa, protesau no manutensaun ba ekipamentu no instalasaun sira empreza nian, estabesimentu, órgaun ka servisu.
3. Ba situasaun sira-ne'ebé prevee iha artigo 18.º nian, prazu ba pré-avizu maka loron 10 no tenke iha proposta ida ba prestasaun servisu mínimu sira.

Artigo 12.º **Formalidade ba aktu sira**

Aprezentaun ba dokumentu hirak-ne'ebé temi iha lei ida-ne'e, liuliu reivindikasaun sira no resposta rasik, komunikaun hodi konvoka asembleia ba traballadór sira, no komunikaun deklarasaun ba greve, tenke sertifika hosi entidade ne'ebé atu haruka ba, ho pasajen ba dokumentu komprovativu, no hodi temi data prátika ba aktu.

Artigo 13.º

Conciliação e mediação

1. Os serviços competentes da CFP e da IGT ou do organismo administrativo de coordenação do setor em que se enquadra a atividade da empresa, órgão ou serviço podem proceder, por sua iniciativa ou a pedido de qualquer das partes, a diligências com vista à solução do conflito, bem como à garantia de funcionamento dos serviços essenciais referidos no artigo 18.º.
2. Nas reuniões de conciliação é obrigatória a presença de todas as partes envolvidas no conflito.

Artigo 14.º

Proibição de mudança de equipamentos

Durante o período de pré-aviso e enquanto durar a greve, não é permitido às entidades empregadoras retirar do local de trabalho quaisquer máquinas ou instrumentos de trabalho podendo, contudo, tomar as medidas necessárias para a conservação e manutenção desses equipamentos e instrumentos.

Artigo 15.º

Piquetes de greve

1. A organização sindical ou a comissão de greve podem organizar piquetes, devidamente identificados, que funcionarão nos limites exteriores dos locais de trabalho, para desenvolver atividades tendentes a persuadir os trabalhadores a aderirem à greve, por meios pacíficos, sem prejuízo do reconhecimento da liberdade de trabalho dos não aderentes.
2. Os grevistas que impedirem a prestação de trabalho pelos trabalhadores que não tenham aderido à greve, ou que contra estes exerçam intimidações ou violência, estão sujeitos a responsabilidade penal nos termos da lei.

Artigo 16.º

Proibição de substituição dos grevistas

A entidade empregadora não pode, durante a greve, substituir os grevistas por pessoas que à data da apresentação das reivindicações, nos termos do artigo 8.º, não trabalhassem no respetivo estabelecimento ou

Artigo 13.º

Konsiliaisaun no mediasaun

1. Servisu kompetente sira hosi KFP no IJT nian ka hosi organizmu administrativu ba koordenasau setór ne'ebé enkuadra atividade empreza nian, órgaun ka servisu bele, liuhosi sira-nia inisiativa ka ho pedidu hosi kualkér parte sira, halo dilijénsia ho objetivu atu hetan solusaun ba konflitu, hanesan mós garantia ba funksionamentu servisu esensiál sira ne'ebé temi iha artigu 18.º.
2. Sai obrigatória ba parte hotu-hotu ne'ebé envolve iha konflitu atu marka prezensa iha reuniaun konsiliaisaun nian.

Artigo 14.º

Habandu atu muda ekipamentu sira

Durante períodu pré-avizu nian no bainhira greve sei kleur hela, la permite atu entidade empregadora sira hasai kualkér mákina ka instrumentu traballu sira hosi servisu fatin, maibé, bele foti medida nesesária sira hodi konserva no halo manutensaun ba ekipamentu no instrumentu sira-ne'e.

Artigo 15.º

Pikete sira ba greve

1. Organizaun sindikál ka komisaun ba greve bele organiza pikete, ne'ebé tenke identifika, be sei funciona iha limite exterior hosi fatin serbisu nian, hodi dezenvolve atividade sira ho rohan atu konvense traballadór sira tama ba greve, liuhosi meu pasífiku sira, laho prejuízu ba rekoñesimentu liberdade traballu hosi sira-ne'ebé la tama ba greve.
2. Grevista sira-ne'ebé impede prestasaun traballu hosi traballadór hirak-ne'ebé la tama iha greve, ka ne'ebé halo intimidasaun ka violénsia ba traballadór sira-ne'e, sei submete ba responsabilidade penál tuir lei haruka.

Artigo 16.º

Bandu atu troka grevista sira

Entidade empregadora la bele atu, durante greve, troka grevista sira ho ema sira-ne'ebé iha momentu halo apresentasaun ba reivindikasaun sira, tuir artigu 8.º dehan, la servisu iha establesimentu ka servisu ne'ebá,

serviço, nem pode, desde aquela data, admitir novos trabalhadores para esse fim, sem prejuízo do disposto no n.º 8 do artigo 18.º.

Capítulo III

Obrigações dos trabalhadores durante a greve

Artigo 17.º

Proteção e acesso às instalações

1. Durante a greve, as organizações sindicais e os trabalhadores são obrigados a garantir os serviços necessários à segurança, proteção e manutenção dos equipamentos e instalações da empresa, órgão ou serviço.
2. Durante a greve, são vedados o acesso e a permanência dos trabalhadores grevistas no interior dos locais de trabalho abrangidos com exceção dos trabalhadores que não tenham aderido à greve, dos representantes das organizações sindicais ou da comissão de greve e daqueles que estejam empenhados nas operações de conservação e manutenção desses equipamentos e instalações.

Artigo 18.º

Obrigações durante a greve

1. Nas empresas ou estabelecimentos que se destinem à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, bem como em todos os setores, órgãos ou serviços da Administração Pública, ficam as organizações sindicais e os trabalhadores obrigados a assegurar, durante a greve, a prestação dos serviços mínimos indispensáveis para garantir a satisfação daquelas necessidades.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se, nomeadamente, empresas ou estabelecimentos que se destinam à satisfação de necessidades impreteríveis, os relativos a:
 - a) Telecomunicações;
 - b) Farmácias e transporte de medicamentos;
 - c) Serviços de abastecimento e distribuição de combustíveis;
 - d) Transportes coletivos de passageiros, cargas e descargas de animais, géneros alimentares deterioráveis e de bens essenciais;

nune'e mós la bele atu, hahú hosi data ne'ebá, hatama traballadór foun sira ba objetivu ida-ne'e, laho' prejuízu ba dispostu iha n.º 8 artigo 18.º nian.

Kapítulu III

Traballadór sira-nia obrigasaun durante greve

Artigu 17.º

Protesaun no asesu ba instalasaun sira

1. Durante greve, organizaun sindikal no traballadór sira iha obrigasaun atu garante servisu nesesáriu ba seguransa, protesauun no manutensaun ba ekipamentu no instalasaun sira iha empreza, órgaun ka servisu nian.
2. Durante greve, sei taka-dalan atu traballadór grevista sira hetan asesu no permanese iha servisu fatin nia laran ne'ebé abranje ba ho exesaun ba traballadór sira-ne'ebé la tama ba greve, ba representante sira hosi organizaun sindikal ka hosi komisaun greve nian no ba sira-ne'ebé empeña hela iha operasaun ba konservasaun no manutensaun ba ekipamentu no instalasaun sira-ne'e.

Artigu 18.º

Obrigasaun sira durante greve

1. Iha empreza no estabelesimentu hirak-ne'ebé loke hodi hatán nesesidade sosiál sira-ne'ebé presiza duni, hanesan mós iha setór seluseluk, órgaun ka servisu sira Administrasaun Públika nian, sei fó ba organizaun sindikal sira obrigasaun atu aseguara, durante greve, prestasaun servisu mínimu sira ne'ebé importante hodi garante atubele hatán nesesidade sira ne'ebá.
2. Ba efeito hosi dispostu iha número liubá, konsidera nu'udar, liuliu, empreza ka estabelesimentu sira ne'ebé destina hodi hatán ba nesesidade importante sira, maka hirak-ne'ebé iha relasaun ho:
 - a) Telekomunikasaun sira;
 - b) Farmásia no transporte ba medikamentu sira;
 - c) Servisu ba abastesimentu no distribuisaun kombustível sira;
 - d) Transporte kolektivu ba pasajeiru, karga no deskarga animál nian, jéneru alimentár deterioravel no soin esensiál sira;

- e) Meios de comunicação social;
 - f) Serviços médicos e hospitalares;
 - g) Bombeiros;
 - h) Segurança civil;
 - i) Serviços bancários;
 - j) Serviços funerários;
 - k) Recolha de lixo;
 - l) Serviços de atendimento ao público que assegurem a satisfação de necessidades cuja prestação incumba ao Estado.
3. Os serviços mínimos previstos no n.º 1 podem ser definidos por convenção coletiva ou por acordo com os representantes dos trabalhadores.
 4. Não havendo acordo anterior ao pré-aviso quanto à definição dos serviços mínimos previstos no n.º1, a CFP e a IGT convocam os representantes dos trabalhadores referidos no artigo 10.º e os representantes dos empregadores, tendo em vista a negociação de um acordo quanto aos serviços mínimos e quanto aos meios necessários para os assegurar.
 5. Na falta de acordo até ao termo do quinto dia posterior ao pré-aviso de greve, a definição dos serviços e dos meios referidos no número anterior é estabelecida por despacho conjunto, devidamente fundamentado, do Presidente da Comissão da Função Pública, membro do Governo responsável pela área do Trabalho e do ministro responsável pelo setor de atividade, com observância dos princípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade.
 6. O despacho previsto no número anterior produz efeitos imediatamente após a sua notificação aos representantes referidos no n.º 4 e deve ser afixado nas instalações da empresa, estabelecimentos, órgãos ou serviços, nos locais habitualmente destinados à informação dos trabalhadores.
 7. Os representantes dos trabalhadores a que se refere o artigo 10.º devem designar os trabalhadores que ficam adstritos à prestação dos serviços referidos no n.º 1 e no n.º 1 do artigo 17.º, até quarenta e oito horas antes do início do período de greve, e, se não
- e) Meiu sira komunikasaun sosiál nian;
 - f) Servisu médiku no ospitalár sira;
 - g) Bombeiru sira;
 - h) Seguransa sivíl;
 - i) Servisu bankáriu sira;
 - j) Servisu funeráriu sira;
 - k) Rekolla lixu;
 - l) Servisu atendimentu ba públiku ne'ebé asegura hodi hatán nesesidade sira ne'ebé nia prestasaun tama ba Estadu nia responsabilidade.
3. Servisu mínimu hirak-ne'ebé prevee iha n.º 1 bele define liuhosi konvensaun coletiva ka liuhosi akordu ho representante hirak traballadór sira-nian.
 4. Bainhira la iha akordu uluk ba pré-avizu kona-ba atu define servisu mínimu sira ne'ebé prevee iha n.º 1 nian, KFP no IJT konvoka representante hirak traballadór sira-nian ne'ebé temi iha artigu 10.º no representante hirak hosi empregadór sira, hodi haree ba negosiasaun hosi akordu ida kona-ba servisu mínimu sira nomós kona-ba meu sira-ne'ebé nesesáriu hodi asegura sira-ne'e.
 5. Bainhira la iha akordu to'o ramata tiha loron dalimak hafoin halo pré-avizu ba greve, kona-ba atu define servisu no meu hirak-ne'ebé temi iha número liubá sei estabelese hosi despaxu hamutuk, ne'ebé tenke fundamenta, hosi Prezidente Komisaun Funsau Públika, membru Governu responsavel ba área Traballu no hosi ministru responsavel ba setór atividade, hodi kumpre prinsípiu sira nesesidade, adekuasaun no proporsionalidade nian.
 6. Despaxu ne'ebé prevee iha número liubá prodús kedas efeito hafoin halo tiha notifikasaun ba representante sira-ne'ebé temi iha n.º 4 no tenke taka iha instalasaun sira empreza nian, estabeleimentu, órgaun ka servisu sira, iha fatin sira-ne'ebé babain destina hodi fô informasaun ba traballadór sira.
 7. Representante hirak traballadór sira-nian ne'ebé artigu 10.º temi tenke hatudu traballadór sira-ne'ebé ligadu ba prestasaun servisu be temi iha n.º 1 no n.º 1 hosi artigu 17.º, to'o oras haatnulu resin ualu molok hahú preíodu greve nian, no, bainhira

o fizerem, deve a entidade empregadora proceder a essa designação.

8. No caso de incumprimento das obrigações previstas nos n.ºs 1 e 7 bem como em casos de justificado interesse nacional e a título excepcional, o Conselho de Ministros pode, mediante resolução do Governo, determinar a requisição civil com vista a garantir o funcionamento das empresas ou estabelecimentos, órgãos e serviços referidos nos números anteriores, pelo período de duração da greve.
9. A decisão de requisição torna-se eficaz com a sua difusão pelos meios de comunicação social.

Artigo 19.º

Termo da greve

A greve termina por deliberação das entidades que a tiverem declarado, por acordo entre as partes ou automaticamente pelo final do prazo para que foi declarada, cessando imediatamente os efeitos previstos no artigo 20.º.

CAPÍTULO IV

Efeitos da greve

Artigo 20.º

Suspensão da relação jurídico-laboral

1. A greve suspende, durante o tempo em que se mantiver, a relação jurídico-laboral, nomeadamente no que se refere ao direito à remuneração e ao dever de obediência, mantendo-se, contudo, os deveres de lealdade e respeito mútuos.
2. A suspensão da relação jurídico-laboral, por motivo de greve, não prejudica os direitos dos trabalhadores relativamente a:
 - a) Férias;
 - b) Segurança social;
 - c) Antiguidade e efeitos dela decorrentes.
3. Os efeitos suspensivos da greve não se verificam em relação aos trabalhadores que se encontrem a prestar serviços mínimos.

sira la halo ida-ne'e karik, entidade empregadora mak tenke halo dezignasaun ne'e.

8. Kona-ba inkumprimentu ba obrigasaun hirak-ne'ebé prevee iha n.ºs 1 no 7 nian no hanesan mós ba kazu sira-ne'ebé justifika interese nasional no ba título exesional, Konsellu Ministru bele, liuhosi rezolusaun Governu nian, determina rekizisaun sivíl ho objetivu atu garante funsionamentu ba empreza no establesimentu hirak, órgaun no servisu sira ne'ebé temi iha número sira liubá, ho perúdu durasaun greve nian.
9. Desizaun ba rekizisaun sai efikás tanba ninia difusaun ne'ebé halo liuhosi meu komunikasaun sosiál sira.

Artigo 19.º

Greve ramata

Greve sei ramata liuhosi deliberasaun hosi entidade hirak-ne'ebé deklara tiha greve ne'e, liuhosi akordu entre parte sira ka ramata ho automatika tuir duni prazu ne'ebé deklara tiha ba greve ne'e, no hodi hapara kedas efeito hirak-ne'ebé prevee iha artigo 20.º.

KAPÍTULO IV

Greve nia efeito sira

Artigo 20.º

Suspensaun ba relasaun jurídku-laborál

1. Greve suspende, durante tempu ne'ebé greve ne'e mantein hela, relasaun jurídku-laborál, liuliu buat ne'ebé temi kona-ba direito ba remunerasaun no ba devér obediénsia nian, maibé, hodi mantein devér lealdade no respeito mútuu sira.
2. Suspensaun ba relasaun jurídku-laborál, tan motivu greve nian, la prejudika direito traballádór sira-nian kona-ba:
 - a) Férias;
 - b) Seguransa sosiál;
 - c) Antiguidade no efeito sira-ne'ebé la'o hela.
3. Efeito suspensivu sira greve nian la verifika kona-ba traballádór sira ne'ebé presta hela servisu mínimu sira.

Artigo 21.º

Proibição de transferência e despedimento

Durante o período de pré-aviso, enquanto durar a greve e até 90 dias após o seu termo, a entidade empregadora não pode transferir nem despedir os trabalhadores grevistas, excetuando por razões disciplinares nos termos da legislação laboral.

Artigo 22.º

Suspensão de prazos

Durante a greve, suspendem-se os prazos relativos a:

- a) Prescrição das sanções disciplinares;
- b) Instauração e prática de atos de processo disciplinar;
- c) Estágio de trabalhadores.

Capítulo V

Lock-out

Artigo 23.º

Proibição do “Lock-out”

1. É proibido o lock-out.
2. Considera-se lock-out qualquer decisão unilateral da entidade empregadora, que se traduz na paralisação total ou parcial da empresa, do órgão ou serviço, ou na interdição do acesso aos locais de trabalho a alguns ou à totalidade dos trabalhadores e, ainda, na recusa em fornecer-lhes trabalho, condições e instrumentos de trabalho, que determine ou possa determinar a paralisação de todos, ou alguns setores da empresa, do órgão ou serviço ou que, em qualquer caso, vise atingir finalidades alheias à normal atividade da empresa, do órgão ou serviço.

CAPÍTULO VI

Infrações e sanções

Artigo 24.º

Inobservância da Lei

1. A greve declarada ou executada com inobservância do disposto na presente lei faz incorrer os trabalhadores grevistas no regime de faltas injustificadas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que ao caso couber.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior e de outras penas mais graves previstas na lei, os

Artigo 21.º

Bandu halo transferénsia no despedimentu

Durante períodu pré-avizu nian, no bainhira greve sei kleur hela no to’o loron 90 hafoin ninia ramata, entidade empregadora la bele transfere nomós la bele despede traballadór grevista sira, exetu ba razaun dixiplinár sira tuir lejizlasaun laborál dehan.

Artigo 22.º

Suspensaun ba prazu sira

Durante greve, suspende prazu sira kona-ba:

- a) Preskrisaun ba sansaun dixiplinár sira;
- b) Instaurasaun no prátika ba aktu sira prosesu dixiplinár nian;
- c) Estájiu hosi traballadór sira.

Kapítulu V

Lock-out

Artigo 23.º

Bandu “Lock-out”

1. Bandu lock-out.
2. Lock-out konsidera nu’udar kualkér desizaun unilaterál hosi entidade empregadora, ne’ebé halo paralizasaun totál ka parsial ba empreza, órgaun ka servisu, ka bandu traballadór sira balu ka hotu kedas atu hetan asesu ba servisu fatin no, nune’e mós, rekuza atu fó traballu, kondisaun no instrumentu hirak traballu nian ba traballadór sira, ne’ebé determina ka bele determina paralizasaun ba buat hotu, ka setór balu empreza nian, órgaun ka servisu ka, iha kazu sasá de’it, ne’ebé ho objetivu atu atinji finalidade ema seluk nian ba atividade normál empreza, órgaun ka servisu nian.

KAPÍTULU VI

Infrasaun no sansaun sira

Artigo 24.º

La kumpre Lei

1. Greve ne’ebé deklara ka ezekuta tiha lahá kumpre dispostu iha lei ida-ne’e sei halo traballadór sira tama ba rejime falta-injustifikada, lahá prejuízu ba responsabilidade sivil no kriminal ne’ebé ba kazu ne’e pertense ba.
2. Lahó prejuízu ba dispostu iha número liubá no ba pena sira seluk ne’ebé grave liu be prevee iha lei,

organizadores de uma greve declarada ou executada com inobservância do disposto no presente diploma, proibida ou cujo exercício tenha sido suspenso, são punidos com pena de prisão até 6 meses ou multa.

Artigo 25.º

Ameaças ou coação à greve

Aquele que declarar, exercer ou impedir a efetivação de uma greve por meios violentos, ameaças, coação ou qualquer meio fraudulento, é punido com pena de multa de USD 1,000.00 (mil dólares americanos) a USD 5,000.00 (cinco mil dólares americanos), se pena mais grave não couber nos termos da lei.

Artigo 26.º

“Lock-out” e violação dos direitos dos trabalhadores

1. A violação do disposto no n.º 2 do artigo 5.º, nos artigos 14.º, 16.º, e 21.º da presente lei é punida com pena de multa de USD 5,000.00 (cinco mil dólares americanos) a USD 50,000.00 (cinquenta mil dólares americanos), sem prejuízo da aplicação de sanção mais grave se por lei a ela houver lugar.
2. A violação do disposto no artigo 23.º é punida com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa de USD 5,000.00 (cinco mil dólares americanos) a USD 50,000.00 (cinquenta mil dólares americanos), sem prejuízo da aplicação de sanção mais grave se por lei a ela houver lugar.

Artigo 27.º

Tribunais competentes

Compete aos tribunais judiciais competentes, nos termos gerais do direito, julgar todos as questões decorrentes da aplicação desta lei.

organizadór sira hosi greve ida deklarada ka ezekuta tiha hodi la kumpre dispostu iha diploma ida-ne'e, ne'ebé bandu ka suspende tiha kona-ba atu ezerse ida-ne'e, sei kastigu ho pena prizaun to'o fulan 6 ka multa.

Artigo 25.º

Ameasa ka koasaun ba greve

Em ne'ebé deklarada, ezerse ka impede, liuhosi meu violentu, ameasa, koasaun ka liuhosi kualkér meu fraudulentu nian, kona-ba greve ida-ne'ebé la'o hela, sei kastigu ho pena multa USD 1,000.00 (dólar amerikanu rihun ida) to'o USD 5,000.00 (dólar amerikanu rihun lima), bainhira pena ne'ebé grave liu la prevee iha lei.

Artigo 26.º

“Lock-out” no violasaun ba traballadór sira-nia direitu

1. Kona-ba violasaun dispostu iha n.º 2 artigo 5.º nian, iha artigo sira 14.º, 16.º, no 21.º lei ida-ne'e nian sei kastigu ho pena multa USD 5,000.00 (dólar amerikanu rihun lima) to'o USD 50,000.00 (dólar amerikanu rihun limanulu), laho' prejuízu ba aplikasaun sansaun ne'ebé grave bainhira lei prevee sansaun ne'e karik.
2. Kona-ba violasaun dispostu iha artigo 23.º sei kastigu ho pena prizaun to'o tinan 1 ka ho pena multa USD 5,000.00 (dólar amerikanu rihun lima) to'o USD 50,000.00 (dólar amerikanu rihun limanulu), laho' prejuízu ba aplikasaun sansaun ne'ebé grave bainhira lei prevee sansaun ne'e karik.

Artigo 27.º

Tribunál competente sira

Tribunál judisiál competente sira iha kompeténsia atu, tuir termu jerál sira direitu nian, julga kestaun hotu-hotu ne'ebé rezulta iha aplikasaun lei ida-ne'e.

CAPÍTULO VII
Disposições finais
Artigo 28.º
Entrada em Vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 16 de Janeiro de 2012.

O Presidente do Parlamento Nacional,

Fernando La Sama de Araújo

Promulgada em 17/02/2012.

Publique-se.

O Presidente da República,

José Ramos-Horta

KAPÍTULU VII
Dispozisaun finál sira
Artigu 28.º

Hahú hala’o knaar ho kbiit legál

Lei ida-ne’e hahú hala’o knaar ho kbiit legál iha loron tatur ninia publikasaun.

Aprova iha 16 Janeiru 2012.

Prezidente Parlamentu Nasionál,

Fernando La Sama de Araújo

Promulga tiha iha 17/02/2012.

Bele publika.

Prezidente-Repúblika,

José Ramos-Horta